

CNBB rejeita responsabilidade pelo uso eleitoral do plebiscito

Organização informa que o movimento pela moratória da dívida externa é social

EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA – A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) não vê problemas na adesão de partidos políticos ao plebiscito que está sendo realizado sobre a moratória da dívida interna e externa brasileira. Na avaliação do padre Alfredo José Gonçalves, assessor da Pastoral Social e um dos encarregados da coordenação nacional do plebiscito, a consulta popular sobre a dívida é um movimento “social e ético” da Igreja Católica e tem por objetivo ter a adesão da sociedade que luta por condições mais favoráveis de vida aos setores excluídos da população.

Padre Alfredo descartou ainda que esteja ocorrendo uma divisão na Igreja em relação ao plebiscito, que é patrocinado pela CNBB, por sindicatos e organizações não governamentais. “Não há divisão porque a adesão ao plebiscito é espontânea e existe a liberdade para quem quiser ou não aderir”, afirmou o padre. Ele lembrou que a iniciativa do plebiscito é apoiada pela CNBB que, no fim de junho, divulgou nota defendendo a consulta po-

pular sobre o pagamento da dívida brasileira.

Segundo padre Alfredo, apenas a arquidiocese do Rio, comandada pelo cardeal dom Eugênio Salles, preferiu não aderir ao plebiscito. “Agora, quem não aderiu ao plebiscito não comunicou à CNBB”, observou. Ele ressaltou que a CNBB não pode ser responsabilizada pelo uso político e eleitoral do plebiscito. “A posição da CNBB é que não podemos conviver com um país tão rico e tão pobre ao mesmo tempo e, daí, esse movimento social e ético”, disse. “Mas não poderemos ser responsabilizados pelo uso deste ou daquele partido político do plebiscito”, argumentou.

O diretor-executivo do Centro de Estudos Religiosos e Investigações Sociais (Ceres), Luiz Alberto de Souza, calcula que grande parte das 269 dioceses do Brasil aderiu ao plebiscito. Pelas

CONSULTA
É FEITA EM
8.000
PARÓQUIAS

suas estimativas, existem urnas na maioria das 8.602 paróquias do País. “Apenas a diocese do Rio, que tem 240 paróquias, não está participando do plebiscito, mas desde o início a adesão é livre”, afirmou. Ele disse que, no Rio, nenhuma das paróquias deverá ter urnas amanhã, último dia da consulta popular. O levantamento final com o número de votantes no plebiscito será divulgado no dia 13, na Câmara dos Deputados.